

A FORMAÇÃO CULTURAL DOCENTE E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: uma experiência vivida na Escola da Comunidade Nossa Senhora do Livramento, em Igarapé-Açu (PA)

Gabriela Estéfany Pinheiro Souza ¹
Rayssa Kerolenn Macedo Botelho ²
Alcione Santos de Souza ³
Almir de Sena Trindade ⁴
Claudia Silva Lima ⁵

RESUMO

O presente estudo aborda o desenvolvimento da pesquisa realizada durante a atuação como bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência Interdisciplinar, vinculado ao subprojeto “Educação Quilombola nas escolas: diversidade e interdisciplinaridade na Amazônia”. A investigação foi conduzida em uma escola multisseriada, atendendo turmas do 4º e 5º anos, localizada na Vila do Livramento, município de Igarapé-Açu, no estado do Pará. O principal objetivo consistiu em analisar o processo de formação cultural do professor e os desafios enfrentados no contexto da educação escolar quilombola. A questão-problema que orienta a pesquisa é: “como a formação cultural docente impacta na adaptação do currículo à realidade das escolas quilombolas”. A metodologia desenvolvida baseou-se em uma revisão bibliográfica, que subsidiou teoricamente o estudo, além da realização de uma entrevista estruturada, utilizada como instrumento de coleta de dados. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, possibilitando compreender de forma mais próxima as experiências das participantes envolvida. Inicialmente, a análise centra-se na formação cultural docente e nos desafios da educação escolar quilombola, destacando os obstáculos para a efetivação da cultura da comunidade no ambiente escolar, elemento essencial para a valorização e visibilidade desses sujeitos no âmbito educacional. Nesse sentido, apresentam-se os resultados da entrevista realizada com docentes da escola da comunidade quilombola, nas quais relatam as dificuldades encontradas para inserir a cultura local no currículo escolar. Conclui-se, assim, que se faz necessária uma atenção mais aprofundada das políticas públicas educacionais quanto à formação cultural do professor (a), especialmente no que se refere à construção de currículos que respeitem e integrem a diversidade cultural das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: Formação Cultural, Educação Escolar Quilombola, Políticas Públicas.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, gpinhe6@gmail.com;

² Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Pará - PA, rayssakerolenn@gmail.com;

³ Professora orientadora: Doutora em Geografia pela RN, alcione.souza@uepa.br;

⁴ Especialista em Psicopedagogia pelo ISEL - PA, almir-igc@hotmail.com;

⁵ Doutora pelo Curso de História e Conexões Atlânticas - MA, claudia.s.lima@uepa.br.

INTRODUÇÃO

A formação cultural docente é necessária em todos os âmbitos educacionais, sobretudo, no que se refere à educação escolar quilombola. É indispensável abordar a valorização étnico-racial com base em conhecimento prévio e fundamentado; por isso, trabalhar e desenvolver atividades sobre essa temática nas escolas ainda representa um desafio para muitos professores.

Este estudo busca discutir os desafios encontrados durante a experiência como bolsistas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) Interdisciplinar, cujo subprojeto é: “Educação Quilombola nas escolas: diversidade e interdisciplinaridade na Amazônia”, desenvolvido em uma escola da comunidade de remanescentes quilombolas da cidade de Igarapé-Açu (PA).

O interesse por apresentar esta pesquisa parte do subprojeto do PIBID Interdisciplinar, com ênfase na temática Educação, com o objetivo de analisar a formação cultural do docente e os desafios da educação escolar quilombola. A abordagem investigativa se iniciou na escola anexa, EMEF Lauro Alves Ramos, localizada na Vila do Livramento, onde se encontra a Comunidade de Remanescentes Quilombolas, próxima à Vila de São Luís, pertencente ao município de Igarapé-Açu (PA). Embora a escola esteja em território quilombola, ela não segue as diretrizes de uma educação escolar quilombola.

A escolha da temática, “A formação cultural docente e os desafios da educação escolar quilombola: uma experiência vivida na Escola da Comunidade Nossa Senhora do Livramento”, justifica-se pela necessidade urgente de refletir de que maneira os aspectos culturais do educador interferem no processo de ensino-aprendizagem em contextos quilombolas.

Em vista disso, a problematização levantada nesta pesquisa busca analisar quais os desafios e as perspectivas da formação cultural docente, em particular, no caso da questão-problema cujo embasamento parte da seguinte pergunta: **quais os desafios e perspectivas da formação cultural do professor na educação escolar quilombola?** A partir dessa indagação, pretende-se compreender de que forma a ausência de formação continuada afeta a inclusão de práticas pedagógicas voltadas às questões culturais quilombolas, considerando que o desconhecimento sobre a realidade dos quilombos e a escassez de materiais didáticos

adequados reforçam a carência de professores preparados para lidar com a diversidade cultural presente nas escolas.

Tem-se como objetivo geral, analisar de que maneira a formação cultural docente se relaciona com o ensino das atividades voltadas à educação escolar quilombola. Como objetivos específicos, busca-se identificar as práticas pedagógicas relacionadas ao estudo da temática étnico-racial quilombola e compreender quais os desafios enfrentados pelo docente que não formação cultural continuada.

METODOLOGIA

A construção desta pesquisa abrangeu uma revisão bibliográfica, pois, conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Essa etapa foi imprescindível para fundamentar teoricamente o estudo, enriquecendo as análises ao longo do seu desenvolvimento.

Além disso, utilizou-se uma entrevista estruturada como instrumento de coleta de dados. De acordo com Gil (2007), esse tipo de entrevista é desenvolvido a partir de um roteiro fixo de perguntas, apresentadas na mesma ordem pelo entrevistador, o que garante uniformidade nas respostas e facilita a análise comparativa.

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa, que, segundo Bogdan e Biklen (1994) e Minayo (2009), envolve a obtenção de dados descritivos e aprofundados, coletados a partir de diversas fontes, como documentos, observações e interações diretas. Essa abordagem aproxima o pesquisador dos fenômenos investigados e possibilita compreender as experiências e significados atribuídos pelos sujeitos participantes, valorizando suas perspectivas e contextos sociais.

O estudo foi alicerçado em bases teóricas e em dados obtidos por meio da entrevista realizada com uma professora da escola da comunidade quilombola. Esse processo contribuiu para a coleta de informações sobre o tema investigado e possibilitou compreender os principais desafios relacionados à formação cultural dos professores da rede municipal no contexto da educação escolar quilombola.

A análise das respostas permitiu ainda identificar dificuldades enfrentadas na execução de práticas pedagógicas voltadas à cultura local, especialmente aquelas associadas a desafios

estruturais, pedagógicos e formativos. Assim, o foco principal recaiu sobre a docente entrevistada, cuja participação foi essencial para compreender as barreiras e possibilidades existentes na inserção da cultura quilombola no ambiente escolar.

REFERENCIAL TEÓRICO

DESAFIOS ENFRENTADOS DENTRO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

No período colonial, tiveram início os processos de resistência e luta dos povos quilombolas em busca de liberdade. Foi nesse contexto que surgiram os primeiros quilombos, formados por pessoas negras que fugiam das fazendas e engenhos, constituindo territórios de refúgio e resistência à escravidão. Nesses espaços, apesar das adversidades, preservavam-se tradições, culturas e saberes ancestrais que se tornaram pilares da identidade quilombola.

Com o passar dos anos, essas lutas e formas de resistência permaneceram, agora voltadas, sobretudo, à conquista e à garantia de direitos, particularmente, no campo educacional. Durante muito tempo, o acesso à educação esteve restrito às populações negras e indígenas, o que reforçou desigualdades históricas.

[...] os quilombolas são populações negras rurais (originalmente) que representam a continuidade das lutas e aspirações dos negros no Brasil.” Esses sujeitos são marcados por uma historicidade de resistência ao sistema social, econômico e político do período colonial escravocrata, que resultou na formação de espaços de resistência, denominados Quilombos (Silva *et al.*, 2023, p. 1378).

Na atualidade, por meio das lutas e resistências que ocorreram no passado pelos direitos quilombolas, a educação escolar para essas pessoas é um espaço de resistência e conquista, porém, algumas lacunas ainda estão presentes nesse processo, visto, mesmo com pequenos avanços, esses espaços ainda têm suas culturas de forma invisibilizadas. Em relação aos direitos de ensino:

[...] a educação escolar quilombola se refere à educação destinada às comunidades remanescentes de Quilombos, que são grupos de pessoas afrodescendentes que se estabeleceram em áreas rurais e preservaram suas tradições culturais e históricas ao longo dos séculos (Soares *et al.*, 2024, p. 2).

Nessa perspectiva, compreende-se que muitos docentes ainda trabalham com currículos elaborados por escolas-sede, os quais são frequentemente reproduzidos de forma padronizada nas escolas anexas. Os conteúdos presentes nesses currículos, em grande parte, baseiam-se em modelos de referência europeus, reforçando uma visão eurocêntrica do conhecimento e contribuindo para a desvalorização dos saberes locais, sobretudo, aqueles oriundos de comunidades quilombolas.

Conforme salientam Gaia *et al.* (2019, p. 42), trata-se de “uma tentativa de subjugar o colonizado e submetê-lo a um dogma branco e eurocentrado que se desenhava no Brasil e era assumido como um projeto de país”. Assim, torna-se urgente desconstruir os paradigmas eurocêntricos que ainda permeiam o ensino brasileiro, promovendo uma educação decolonial que possibilite a criação de novas práticas pedagógicas, pautadas na inclusão dos saberes locais e no reconhecimento das identidades culturais como forma de resistência ao colonialismo presente nos currículos nacionais.

Nesse sentido, Munanga (1986, p. 23) afirma que “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscrita na história”. Dessa forma, a educação configura-se como o meio pelo qual os povos transmitem sua herança social às próximas gerações, assegurando que sua história e memória permaneçam vivas. No caso dos remanescentes quilombolas, o processo educacional desempenha papel essencial na preservação das tradições, saberes e práticas culturais das comunidades, fortalecendo a memória coletiva e garantindo que suas lutas, conquistas e modos de vida sejam reconhecidos e valorizados como parte indissociável da história do Brasil.

Nesse ínterim, é importante lembrar que muitas comunidades quilombolas são tratadas de forma invisível ante o processo de direitos, em especial, no que diz respeito aos currículos descontextualizados, e também silenciadas quando se trata do eurocentrismo envolvido no currículo brasileiro. Por meio disso, o Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2012, p. 47) ressalta que:

O PPP das escolas quilombolas e das escolas que atendem os estudantes oriundos de territórios quilombolas deverá ser uma proposta ‘transgressora’, que induza um currículo também transgressor, que rompa com práticas ainda inflexíveis, com os tempos e espaços escolares rígidos na relação entre o ensinar e o aprender, com a visão estereotipada e preconceituosa sobre a história e a cultura de matrizes afro-brasileira e africana no Brasil. Deverá ainda tematizar, de forma profunda e conceitualmente competente, as questões do racismo, os conflitos em relação à terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade (Brasil, 2012, p. 47).

Baseado nisso, o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve trazer uma proposta transgressora, rompendo com os modelos tradicionais de ensino que ainda persistem, os quais geralmente são voltados para escolas de zona urbana, ou seja, o currículo deve transformar e valorizar a identidade quilombola para que a educação nessas comunidades seja aplicada de forma crítica. Nessa atmosfera, podem desfrutar de seus direitos e perceberem a valorização de seus saberes locais, como seu modo de vida em que se espelham as heranças do passado, em que muitos ainda realizam as retiradas de juncos para confeccionar materiais.

Segundo Apple (2011, p. 90), é importante que o currículo reconheça “[...] as próprias raízes, na cultura, na história e nos interesses sociais que lhe deram origem”. Desse modo, torna-se necessário refletir sobre a importância de que os conteúdos e as práticas pedagógicas estabeleçam um diálogo efetivo com a identidade dos alunos. É preciso romper com a lógica que ainda privilegia a cultura, a história e os conhecimentos europeus como universais e hegemônicos, para que se possa valorizar os saberes locais, em especial, as culturas indígena e africana, historicamente marginalizadas e desvalorizadas ao longo do processo educacional brasileiro.

POLÍTICAS EDUCATIVAS VOLTADAS PARA OS DIREITOS DAS PESSOAS QUILOMBOLAS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO QUILOMBO

Nesse cenário, vale destacar que, entre as populações historicamente excluídas e desfavorecidas, encontram-se os grupos quilombolas. Entre os séculos XVI e XIX, essas comunidades não tinham acesso à educação formal; por essa razão, o processo educativo ocorria de forma ancestral, transmitido por intermédio das vivências, da oralidade e das práticas culturais locais. Acerca disso, Araújo (2024) pondera:

[...] o papel da educação vai além da simples transmissão de conhecimentos: ela se torna uma importante ferramenta de resistência, preservação e fortalecimento da identidade étnica dos educandos, contribuindo para a formação e o desenvolvimento de uma consciência coletiva baseada em suas memórias, saberes, histórias, lutas e raízes ancestrais (Araújo, 2024, p. 5).

Para Munanga e Gomes (2005, p. 133), “é lutando pela legitimação dos valores culturais do povo, que a escola poderá perceber toda a riqueza e complexa simbologia que o

aluno traz. Sistematizar toda a essência estética da nossa cultura é fugir das armadilhas ideológicas do preconceito e do recalcamento”. Nessa perspectiva, evidencia-se a importância do reconhecimento dos valores culturais dos alunos quilombolas no ambiente educacional. Ao valorizar essas identidades, o corpo escolar passa também a reconhecer a relevância dos processos históricos, dos saberes e das práticas que constituem símbolos da identidade cultural dos quilombos.

Vale evidenciar que, depois de um longo processo de luta, a educação quilombola no Brasil foi instituída pela Constituição Federal de 1988, que deu direito de propriedade aos remanescentes que viviam nas terras de Quilombos. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 93934/1996, reconhece a Educação Quilombola como uma modalidade de educação básica. É de suma importância ressaltar que todas as leis e diretrizes educacionais existentes no país são fruto de um longo processo de luta e resistência, especialmente protagonizado pelos movimentos negros. Trata-se, portanto, de uma conquista histórica, embora ainda se observe que a educação escolar quilombola permanece distante do que é assegurado nos documentos oficiais.

Nesse sentido, o art. 59 da Resolução nº 08/2012 do CNE/CEB estabelece que “é responsabilidade do Estado cumprir a Educação Escolar Quilombola tal como previsto no art. 208 da Constituição Federal”. Esse dispositivo reforça que a educação escolar quilombola é um direito garantido e um dever do Estado, devendo assegurar o acesso a professores qualificados, materiais didáticos adequados e infraestrutura de qualidade. No entanto, apesar do respaldo legal, esse direito ainda se mantém, em grande medida, apenas no papel.

No âmbito das políticas públicas voltadas à equidade e à diversidade, destaca-se a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645, que ampliou os dispositivos da Lei nº 10.639/2003, tornando obrigatório, em todas as escolas brasileiras, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena. Essa ampliação representou um marco importante, ao buscar corrigir lacunas históricas da educação nacional e promover o ensino de uma história mais justa, reconhecendo o papel essencial dos povos indígenas e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira.

É relevante destacar que a Lei nº 11.645/2008 não se limita ao ensino da história, mas também contempla aspectos relacionados às religiões, lutas, manifestações culturais e práticas

sociais desses povos. Quando esses conteúdos são efetivamente trabalhados nas escolas, ou seja, quando o professor os incorpora em sua prática pedagógica, crianças e jovens passam a reconhecer-se em suas múltiplas identidades, sejam elas negras, indígenas ou de outras origens, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

Dessa forma, em relação ao novo Projeto de lei de nº 2614/2024, que propõe o novo Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecem diretrizes relacionadas com objetivos, metas e estratégias para a educação básica, profissional e superior no Brasil, tendo como um dos focos principais proporcionar equidade educacional, na sua estratégia 8.14, que se encontra no anexo 8 da educação escolar indígena, educação do campo e educação escolar quilombola, descreve sobre a formação de professores quilombolas, indígenas e do campo, valorizando a cultura e território. Com isso, essa estratégia visa garantir professores mais preparados para lidar com a diversidade cultural, capacitados especialmente para respeitar e valorizar a cultura de pessoas que frequentemente são marginalizadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida na EMEF Lauro Alves Ramos, localizada na Vila do Livramento, pertencente ao município de Igarapé-Açu, com alunos da turma multisseriada do 4º e 5º ano. O principal objetivo foi realizar um levantamento, por meio de entrevistas, acerca da formação cultural dos professores e dos desafios enfrentados pela educação escolar quilombola no contexto da escola da comunidade.

A coleta de dados ocorreu por meio de uma entrevista estruturada, composta por perguntas relacionadas à formação da professora responsável pela turma e aos desafios enfrentados ao trabalhar com conteúdos voltados à história e cultura afro-brasileira. Segundo a professora entrevistada, identificada como professora J. para preservar sua identidade, a primeira questão abordou seu tempo de atuação no magistério, afirmando “Tenho 25 anos de atuação dentro da escola na comunidade”.

De acordo com Silva (2023, p. 1379), “reconhecer os professores como sujeitos socioculturais significa atribuir-lhes o papel de agente educacional por excelência, participando do processo educacional da mesma forma que os demais sujeitos sociais”. Esse apontamento revela que a professora entrevistada é um dos sujeitos socioculturais que carrega

um pouco da historicidade da comunidade em vista de seu tempo de serviço na escola. O que possibilita trabalhar os conteúdos conforme a realidade local. A fim de coletar informações sobre um dos principais objetivos da pesquisa, questionamos a respeito da formação cultural continuada. A professora J. respondeu que:

A gente vai nas formações que oferecem para a gente, como a atual formação continuada Alfabetiza Pará, sobre Língua Portuguesa e Matemática. Eu já participei de várias formações, só que eu não lembro, mas todas as formações que oferecem eu participo.

Portanto, é necessário repensar as formações ofertadas aos professores da rede pública de ensino, visto que, conforme Campos (2014), ainda há carências em relação à formação voltada para trabalhar o ensino de história e cultura afro-brasileira, a qual é obrigatória por lei, juntamente com a política de Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Escolar Quilombola, que visa à orientação e ao planejamento desta educação.

Embora os professores tenham o compromisso de participar das formações oferecidas, também enfrentam a carência da oferta desta formação cultural continuada, sobretudo, das relações étnico-raciais. A professora J. também relatou que:

Não tenho dificuldades, porque eu vivo dentro da comunidade, já conheço a realidade, já sei a cultura, mas eu creio que outros professores diferentes, primeiro têm que entender tudo para poder trabalhar, para não ir contra a cultura.

Com base nisso, Gadotti *et al.* (2001, p. 119) afirmam que “a diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua”. Nesse sentido, a fala da professora entrevistada evidencia a necessidade de que tanto a escola quanto os docentes estejam preparados para lidar com a diversidade cultural, promovendo o reconhecimento e a valorização das múltiplas culturas que compõem o país.

Essa reflexão destaca a imprescindibilidade do conhecimento da realidade local e da cultura comunitária como elementos facilitadores da prática docente em sala de aula, especialmente no trabalho com alunos de comunidades quilombolas. A docente também reconhece a relevância de incluir, no currículo escolar, componentes que abordem diretamente a valorização do quilombo e de sua história. Conforme relata a professora J.:

Eu acho que deveria ter uma disciplina voltada só para isso, porque o que a gente vê mais é dentro da história do Brasil.

Nessa mesma perspectiva, Meneses (2019, p. 3) relata que “o resultado desta operação é a transformação do projeto político europeu numa trajetória histórica supostamente universal”. Desse modo, observa-se que essa predominância nas escolas ainda passa por uma abordagem eurocêntrica dogmatizada no país.

evidencia-se que o currículo escolar ainda privilegia a branquitude como modelo de civilização, cultura e história. Essa abordagem contribui para a invisibilização das contribuições e das lutas históricas dos povos na defesa de seus direitos, perpetuando um processo de silenciamento que se iniciou no passado e ainda persiste nos dias atuais. Tal constatação reforça a importância de se promover formações curriculares específicas, voltadas à valorização dos processos históricos e culturais, de modo que esses conteúdos não sejam diluídos entre outras disciplinas, mas tratados como componentes estruturantes da prática educativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reflexões apresentadas neste trabalho, compreende-se a formação cultural docente como um elemento indissociável do fortalecimento da educação escolar quilombola, uma vez que possibilita aos professores elaborar práticas pedagógicas voltadas à valorização da identidade, da cultura e, especialmente, das vivências dos educandos dessas comunidades. Esse entendimento emerge da experiência proporcionada pelo PIBID, que evidenciou o quanto ainda é desafiador trabalhar a temática das relações étnico-raciais no ambiente escolar. Tal desafio decorre, em grande medida, da falta de preparo de muitos profissionais da educação para lidar com a diversidade cultural e reconhecer a trajetória de resistência das comunidades quilombolas.

Este estudo também possibilitou, por meio da entrevista realizada, compreender as fragilidades e os desafios enfrentados pelos docentes diante da ausência de um currículo que conte com forma efetiva o ensino voltado à diversidade étnico-racial.

Constatou-se, a partir da pesquisa, que o ensino de história e cultura afro-brasileira, ainda que garantido por lei, ainda não se encontra plenamente consolidado entre os professores da rede pública. Nesse sentido, é relevante que a formação docente tenha como

eixo o ensino das relações étnico-raciais, conforme estabelecem as Diretrizes Curriculares Nacionais, fundamentadas nos princípios constitucionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

Conclui-se, portanto, que a formação cultural docente demanda um olhar mais atento para o Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas e para as especificidades das comunidades quilombolas, reconhecendo seus saberes, práticas, diversidade cultural e identidade histórica como fundamentos indispensáveis para uma educação plural, inclusiva e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Repensando ideologia e Currículo. In: MOREIRA Antonio Flavio; TADEU Tomaz. **Curriculum, Cultura e Sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARAÚJO, Elza Ferreira de *et al.* Educação Quilombola-EQ: a importância para a preservação da identidade cultural dos educandos. **Revista Ouricuri**, [S.l.], v. 14, n. 2, p. 3-17, 2024.

BRASIL. [(Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB n. 16/2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11091-pceb016-12&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2.614, de 2024**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 08, de 20 de dezembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Res-CEB-008-2012-11-20.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

BRASIL, Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em: 18 out. 2025.

GAIA, Ronan da Silva Parreira *et al.* A nova política dos velhos tempos: reflexões sobre a construção de um projeto de nação. **Áskesis**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 40-55, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/389/pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 369-498, maio/ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000200007>

MUNANGA, Kabengele. **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Ática, 1986.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o Racismo na Escola.** 2. ed. rev. Brasília, DF: SECAD, 2005. p. 130-154.

SILVA, Brigida Ticiane F. da. Formação e prática de professores de uma escola quilombola no Amapá: por uma didática culturalmente pertinente. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 23, n. 79, p. 1376-1390, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7213/1981-416X.23.079.AO01>

SOARES, Janaina dos Santos; RODRIGUES, Marcilene Furtado Dias; ANTUNES, Layse Paes; NOGUEIRA, Samia Santa Brígida. Desafios e perspectivas da educação escolar quilombola no Brasil. *Revista Território e Cidadania*, Vitória, n. 3, v. 1, e3604, 2024.

SOUZA, J. S. A. *et al.* **Reflexões e práticas pedagógicas.** [S.l.]: Educação Transversal Edições, 2023.

